



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社區服務諮詢委員會
Conselho Consultivo de Serviços Comunitários

Desejo que o governo promulgue rapidamente legislação para atribuir competências fiscalizadoras e sancionatórias ao Corpo de Bombeiros

Hong Wai Tong

1/4/2021

Recentemente, residentes informaram-me que as passagens ao nível do solo de alguns edifícios e as passagens estreitas entre edifícios na Zona Norte estavam cheias de papel grosso e outros itens. Os moradores dos prédios disseram-me que temiam não conseguir fugir se ocorresse um incêndio, representando os itens que bloqueavam a passagem assim um risco para a segurança. Actualmente, as partes comuns dos edifícios são geridas por entidades privadas, pelo que o governo não pode intentar acções judiciais com base no Regulamento Geral dos Espaços Públicos. Por outro lado, o projecto de lei intitulado Regime Jurídico da Segurança contra Incêndios em Edifícios e Recintos ainda está a ser discutido na Assembleia Legislativa, não conseguindo assim regular eficazmente as partes comuns dos edifícios. Além disso, muitos dos edifícios não têm administradores de condomínio, nem uma organização de moradores e não são geridos por uma empresa administradora de propriedades. Mesmo que o edifício fosse supervisionado por uma empresa administradora de propriedades, seria impossível de o governo administrar porque as solicitações e os conselhos dados pela empresa não tinham poder vinculativo.

Assim, sugiro que a Assembleia Legislativa acelere o progresso legislativo, aprove o Regime Jurídico da Segurança contra Incêndios em Edifícios e Recintos e reveja o Regulamento de Segurança contra Incêndio de Macau de modo a que o Corpo de Bombeiros tenha o poder legal de sancionar a obstrução das vias de evacuação por pertences pessoais que coloquem em risco a segurança dos edifícios, tornando a zona mais segura para os residentes. Também espero que o governo divulgue conteúdo para consciencializar o público e educá-lo para a prevenção de incêndios. Além disso, apelo também aos residentes dos edifícios que procurem formar administrações de condomínio, através das quais outorguem poderes às empresas administradoras de propriedades para tratarem dos problemas que lhes digam respeito, para assim criarem um ambiente mais seguro para a comunidade.